# ANPAE ANÁLISEPRELIMINAR DO DOCUMENTO: PÁTRIA EDUCADORA:

A QUALIFICAÇÃO DO ENSINO BÁSICOCOMO OBRA DE CONSTRUÇÃO NACIONAL" (Trata-se de proposta preliminar da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da Republica)

## Introdução

- A Anpae já se pronunciou inicialmente sobre esse documento assinando a 26ª NOTA PÚBLICA DO FNE, de 29 de abril de 2015, em que se evidenciou a discordância com o processo de elaboração e com o conteúdo do documento em debate, mostrando algumas divergências. O FNE já havia se manifestado na sua 25ª Nota Pública, divulgada em 24 de março de 2015, sobre a pertinência e a urgência de dar consequência ao lema Pátria Educadora, todavia na perspectiva da luta para alcançarmos uma educação de qualidade social para todos, inclusiva, plural, democrática, gratuita, laica e solidária, no contexto das lutas e dos avanços presentes nas Conferencias de Educação e no PNE (2014-2024).
- Entendemos que o lema "Pátria Educadora" deve ter seu ideário construído a partir dos documentos finais das Conferencias Nacionais de Educação (CONAE 2010 e 2014), aprovados depois de ampla discussão dos educadores brasileiros. Entendemos também que as ações básicas e estratégias para o Lema "Pátria Educadora" já estão inseridos no PNE 2014-2024, por meio de metas e estratégias, mesmo com contradições que ainda precisam ser superadas. Portanto, a efetivação do PNE e do Sistema Nacional de Educação deve se dar no contexto da participação social, do direito à educação, da gestão democrática e da regulamentação e efetivação do Regime de Colaboração ou Cooperação Federativa.
- Lamentamos, por um lado, a divulgação desse documento Pátria Educadora, que nos leva a dedicarmos tempo e energia com a discussão de um ideário, de ações e de formas de organização e de debate, que não guarda sintonia com o movimento e com as proposições e ações em construção no âmbito das entidades que atuam em defesa da escola pública. Estes tempo e energia poderiam estar sendo utilizados no trabalho para a realização da Pátria Educadora já apontada nas CONAEs (2010 e 2014) e no PNE 2014-2024). Além disso, ficamos surpresos com a falta de organicidade no âmbito do governo no tocante aos encaminhamentos dessa discussão do Lema Pátria Educadora. De outro lado, foi importante conhecer o pensamento, o ideário, as ações e as formas de organização indicadas, que, esperamos, não represente o pensamento do Ministério da

Educação e de todo o governo, pois nós da Anpae temos discordância com tal proposta/Documento.

- Iniciamos na Anpae uma discussão e análise mais pormenorizada do documento Pátria Educadora. Versão preliminar dessa análise, ainda para discussão interna, foi feita pela Profa. Fátima Cóssio, Vice-presidente da Anpae Região Sul, a quem agradecemos. Queremos externar, a seguir, parte das nossas considerações iniciais sobre o Documento Pátria Educadora.

# Avaliação do Mérito do Documento Pátria educadora

O Documento "Pátria educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional", é apresentado como uma proposta preliminar para discussão. Também é apresentado como portador de "diretrizes de um projeto nacional de qualificação do ensino básico". Mesmo restringindo-se ao "ensino básico", não contemplando a educação básica, a educação superior e às demais modalidades de educação, o documento busca apresentar "A TAREFA" (ideário do projeto) e as "INICIATIVAS" (conjunto de ações) que deverão nortear as políticas educacionais do atual governo federal para o "ensino básico", o que restringe o Lema Pátria Educadora.

Inicialmente causa estranhamento que um documento que norteará as políticas para a educação em escala nacional tenha sido originado de uma Secretaria de Governo sem a participação direta do Ministério da Educação. No documento não há indícios de que tal participação tenha ocorrido; o MEC é mencionado como executor da política.

Mas ao longo da leitura o estranhamento vai além, e se transforma em urgência das entidades comprometidas com a educação pública deste país em denunciar o retrocesso a que estaremos submetidos, caso este projeto de reforma (ideário, ações e organização)se concretize em sua inteireza.

O exame do Documento mostra que o conteúdo da proposta é bastante elitista, discriminatório, antidemocrático, privatista e meritocrático, contrariando a maioria das conquistas duramente contempladas na legislação atual, inclusive no PNE 2014-2024. Tanto que o próprio texto destaca a necessidade de mudanças na legislação para que possa ser efetivado, como é o caso, por exemplo, da carreira docente. É surpreendente também que a proposta seja apresentada sem fundamentação explícita, embora se identifique implicitamente em que se fundamenta; o diagnóstico da realidade educacional

brasileira é bastante superficial sem evidenciar as fontes o sustentam. Da mesma forma, o ideário e as ações propostas desconhecem as produções e os avanços em cada uma das temáticas tratadas

O texto está organizado em duas partes. A primeira parte "A TAREFA" esboça o ideário do projeto. A segunda parte "INICIATIVAS" elenca um conjunto de ações que visa dar materialidade ao ideário anunciado.

Apresenta brevemente um diagnóstico superficial aligeirado da situação da educação nacional, no intuito de tentar demonstrar a sua fragilidade e justificar as mudanças propostas sem, no entanto, indicar quais fontes foram utilizadas para fundamentar as afirmativas como: Não há outro país entre as maiores economias do mundo que figura, como figura o Brasil, entre os países com pior desempenho nas comparações internacionais. Tais fragilidades são enfatizadas com o objetivo de demonstrar que é preciso qualificar o ensino básico e para tanto apresenta três vertentes:

- 1. a construção de ideário que oriente a transformação pretendida;
- 2. a definição de elenco de ações que sinalize o caminho e identifique os primeiros passos para trilhá-lo;
- 3. a organização de debate que engaje a nação na definição e execução da tarefa.

O texto trata das duas primeiras vertentes: o ideário e os caminhos.

#### Em relação ao ideário:

O ideário do projeto educacional está baseado em uma nova estratégia de desenvolvimento: "Temos agora de fazer a travessia para outra estratégia de desenvolvimento: produtivismo includente, pautado por democratização de oportunidades econômicas e educacionais" (p.4). O produtivismo includente, da forma como colocado no documento apresentado, se vincula aquelas concepções do produtivismo de mercado.

No item "**Pontos de partida**",a proposta sugere três pontos: o primeiro é: **Aproveitar e ultrapassar o exemplo do que deu certo** 

Muitosdestes experimentos seguiram lógica de eficiência empresarial, valendo-se de práticas como a fixação de metas de desempenho, a continuidade da avaliação, o uso de incentivos e de métodos de cobrança, o acompanhamento e, quando necessário, o afastamento de diretores, a despolitização da escolha de diretores e a individualização do ensino, especialmente para alunos em dificuldade (p.5)..

Fica evidente qual é o ideário que sustenta a proposta: a lógica de meritocracia empresarial, assumindo inclusive o sistema de premiações e punições, visando o alcance de metas, como é o caso do afastamento de diretores que se tornam profissionais formados em centros de excelência, mais adiante referido, distanciando-se do processo de escolha democrática ou como afirmado no documento, produzindo a "despolitização da escolha de diretores".

O segundo ponto de partida é: <u>Mudar a maneira de ensinar e de aprender</u> indicando a superação do enciclopedismo raso e informativo em favor da interpretação de textos e do raciocínio lógico (abstração). Nesse sentido, percebe-se a priorização de algumas áreas (Português e Matemática) em detrimento de outras que não são mencionadas, ocorrendo o estreitamento curricular. Além disso, o texto argumenta que habilidades verbais e de raciocínio lógico permitirão aos alunos vindos de meios pobres superar as barreiras pré-cognitivas ou socioemocionais.

Neste ponto, Freitas (2015) analisa:

Ênfase em português e matemática. Onde estão as artes e o desenvolvimento corporal? Sequer são lembrados. Não cabem no novo racionalismo empresarial. O estreitamento curricular está colocado como ponto de partida da proposta. Nada de grandes ensinamentos, nada de "formação humana". Do enciclopedismo raso, direto ao pragmatismo raso. Sempre lembrando que os pobres não aprendem porque têm barreiras socioemocionais que precisam ser removidas pela escola. Os novos reformadores são os novos libertadores das classes populares.

O terceiro ponto de partida consiste em: Organizar a diversidade para permitir a evolução: Neste ponto o documento afirma que a educação brasileira é uniforme e desorganizada, ao mesmo tempo em que conformista e medíocre. É como se o governo e a política de organização dessa diversidade fossem ter lugar agora por meio de um sistema nacional de ensino. Cabe lembrar que a constituição de um sistema nacional de educação foi tema do manifesto dos Pioneiros da Educação, retomado nas Conaes de 2010 e 2014 e estabelecido na emenda Constitucional de 2009 e na Lei n. 13.005/2014, que institui o PNE.

A partir dos três pontos de partida, o Documento estabelece "<u>Eixos da</u> <u>qualificação do ensino público</u>" que são:

- 1.A organização da cooperação federativa na educação;
- 2. A reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender;

## 3. A qualificação de diretores e de professores;

#### 4. O aproveitamento de novas tecnologias.

Há aqui grande empobrecimento das discussões e da agenda estabelecida, sobretudo na última década, e que se fazem presentes, em grande parte no PNE.

**EIXO 1:** Cooperação Federativa consiste, grosso modo, em submeter os entes federados às políticas do governo centradas em padrões nacionais de qualidade, por meio de acordos de cooperação, atraídos por transferências voluntárias de recursos. Isto fica evidenciado na citação abaixo:

Para reconciliar gestão local com padrões nacionais, precisamos de três instrumentos: sistema nacional de avaliação e de acompanhamento; mecanismo para redistribuir recursos e quadros de lugares mais ricos para lugares mais pobres e procedimentos corretivos para consertar redes escolares locais defeituosas (p.7).

Ainda neste item da cooperação federativa, o documento faz referência à criação de um **cadastro nacional dos alunos** utilizando-se da Prova Brasil. Este instrumento facilitaria a identificação dos estudantes com baixo rendimento e a admissão de alunos a programas e escolas de referência. Mais adiante o documento explicita o que entende por programas e escolas de referência, mas aqui já anuncia a diferenciação entre os estudantes com baixo desempenho e os com alto desempenho nas avaliações nacionais e os respectivos destinos/percursos escolares.

A segunda iniciativa é o Inep ou entidade alternativa que deve identificar as experiências exitosas nos sistemas públicos e publicizá-las, no sentido de disseminar as boas práticas e sair da inércia.

Conforme o Documento, "As ações de cooperação federativa descritas avançarão em três passos: avaliação, redistribuição e correção, por iniciativa infralegal e graças a mera mudança de práticas (p.9)". Conforme Freitas (2015),

Este é o verdadeiro objetivo da "federação cooperativa". A ideia é unir os três níveis da federação em colegiados capazes de atuar juntos para "consertar" partes do sistema público que não atinjam o patamar mínimo (...). Lembro aqui, que esta é uma porta de entrada para a privatização, pois um dos mecanismos para tal é <u>fixar objetivos inatingíveis e a partir daí justificar a privatização das escolas</u> que não atingem tais níveis, trocar diretores etc.

As redes/sistemas públicos serão induzidas a firmar acordos de cooperação com a União, para acessar aos recursos federais, visando atingir as metas e melhorar os

indicadores educacionais. Nesse sentido, também é possível antever a intensificação das parcerias com entidades privadas (kits pedagógicos, assessorias à gestão, apostilamentos) no intuito de alcançar os resultados almejados.

EIXO 2: Mudar o paradigma curricular e pedagógico do ensino básico: Propõe o enfrentamento das inibições pré-cognitivas (socioemocionais) que limitam as capacidades analíticas, notadamente das camadas mais pobres da população, que consistem em avançar nascapacitações de comportamento no que diz respeito àdisciplina e à cooperação. Ambos são comportamentos requeridos para atividades laborais, portanto, apreciados pelo mercado e desejadas pelo empresariado.

O currículo é, pois, apresentado como sequências de capacitações: padrão e especiais. Trata-se de instituir aprofundamento seletivo para se chegar às capacitações analíticas. Afirma o Documento:

O currículo, porém, deve também comportar sequências especiais, para os alunos que enfrentem maior dificuldade ou que demonstrem maior potencial. As sequências especiais servirão como espaço ainda mais aberto do que a sequência padrão para o experimentalismo pedagógico e para a individualização do ensino (p.11).

Trata-se de instituir uma base curricular em que o currículo se apresenta como sequência de capacitações ou competências. O que significa dizer que terá currículos diferenciados para os mais capazes, com talentos naturais, e para os menos capazes, assim como escolas especiais para pessoas com mais habilidades, chamadas de Escolas de Referência Anísio Teixeira, em flagrante confronto à proposição da escola inclusiva, para todos.

Para atender as peculiaridades curriculares, os professores terão de seguir a protocolos (manuais) minuciosamente descritivos em cada disciplina, aula por aula, em substituição ao livro didático. Os professores são, pois, meros recursos nesse processo e não intelectuais capazes de pensar e executar seu próprio trabalho.

O documento busca se contrapor ao currículo baseado na memorização, propondo a abstração, o conhecimento lógico, a capacidade de cooperação e disciplina, como sequência padrão de capacitação. Este padrão parece atender as necessidades mínimas para a inserção no mercado produtivo. Os que demonstrarem maior desempenho terão acesso a níveis mais elevados de ensino em turmas ou escolas específicas, criadas para atender a sequências especiais (mais capazes). Os menos capazes serão atendidos na

própria escola, ao que parece, com uma sequência de capacitações abaixo do padrão, pelo que se pode supor. Fica instaurada oficialmente a dualidade curricular no sistema por meio de um currículo diferenciado entre os mais fracos e os com maior potencial. Para os alunos com maior potencial dedicam-se programas especiais e a rede de escolas médias chamadas Anísio Teixeira, uma espécie de rede para alunos superdotados. Nessa direção, Freitas afirma

Trata-se de segregação escolar abertamente proclamada. Os alunos especiais serão ou de "maior potencial" — para estes estão reservadas, no nível médio, as *Escolas de Referência*— ou, por contraposição aos alunos padrão, ou serão de menor potencial — para estes, usualmente a pobreza, — se tomarmos os dados disponíveis no mundo todo sobre relação entre desempenho em testes e classe social, — estão reservados "*programas especiais dentro das escolas comuns*" (FREITAS).

O trabalho docente, por sua vez, se vê submetido a protocolos que, sob a ideia de flexibilização curricular, retira do professor a possibilidade de protagonismo ao definir passo-a-passo o que deve ser trabalhado, enquanto "sequência de capacitações". Nesse sentido, como o livro didático deixa de ser utilizado, o protocolo referido tanto pode ser elaborado pelo Ministério da Educação, como sugere o documento, quanto por entidades privadas. Isso aponta certamente para a intensificação do apostilamento nas redes de ensino.

Visando atender à perspectiva das escolas de referência para os alunos com capacitações especiais, serão criados Centros de Qualificação Avançada para professores com o propósito de "sacudir a mediocridade".

**EIXO 3:** <u>Diretores e professores:</u> Este eixo centra na figura do diretor e na meritocracia a questão da mudança educacional. Coloca em causa a eleição para o provimento do cargo de diretor de escola na medida em que destaca que estes processos "favorecem a irresponsabilidade e a indiferença ao mérito". Embora se reconheça que há questões a serem resolvidas nos processos de escolha de diretores, este é um instrumento importante de aprendizagem democrática.

Por diversas vezes o documento se refere a recompensas aos diretores e escolas que atingirem as metas de desempenho previamente estabelecidas, caso contrário, poderão ser afastados do cargo. Conforme a CNTE,

Os conceitos de qualidade amparados na meritocracia empresarial predominam nos objetivos a serem alcançados tanto na formação de professores como na atuação dos diretores escolares – segmento este destacado no projeto da SAE-PR. Entre as ações mais problemáticas – do ponto de vista da experiência

nacional e internacional – figuram as premiações de escolas e de profissionais que atingirem as metas pré-determinadas e as punições aos que ficarem abaixo da média (CNTE, 2015).

Em relação aos professores, a visão apresentada dos que ingressam nos cursos de licenciatura se pretende realista, sem base referencial, é, na verdade, degradante, quando afirma que são os alunos mais fracos do ensino médio. Apresenta uma crítica contundente tanto às instituições públicas quanto às privadas que formam professores, com abordagens diferentes, mas reiterando que não cumprem o papel formador. Para tanto, cria os Centros de Qualificação Avançada para professores, como já referido, no intuito de suplementar a formação nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, desenvolver as práticas e os protocolos exigidos pelo Currículo Nacional (manuais) e discutir as experiências e as inovações do professorado (boas práticas dos centros de excelência).

Propõe uma carreira docente nacional vinculado ao piso nacional, mas admite que o piso salarial seja definido de maneira a respeitar as diferenças regionais, o que contraria a lei do Piso (Lei nº 11.738/2008). Estabelece etapas de progressão, desde que os professores se comprometam a manter determinadas metas de desempenho, vinculadas a adicionais de salários (bonificações), depois de avaliação realizada por avaliadores independentes. Isto contraria a perspectiva de tornar a carreira efetivamente atraente a futuros professores, na medida em que vincula bonificações a metas e não a um plano de carreira justo e igualitário, com salários que se equiparem a outras carreiras com qualificações equivalentes.

Indica também uma Prova Nacional Docente para ingresso na carreira, com parte teórica e parte prática, servindo como certificação do professor após a licenciatura. Os cursos de Pedagogia e de Licenciatura seriam transformados ou adaptados por meio de bolsas, a semelhança do PROUNI, condicionadas à adaptação dos cursos a protocolos curriculares e ao cumprimento de metas pré-definidas

Hátambém grande ênfase em tecnologias e métodos por meio de aulas em vídeos e em softwares interativos para o processo de atuação docente.

#### Considerações finais

Esta análise, ainda que breve, antevê diversas questões que precisam ser problematizadas no documento preliminar Pátria Educadora. A **primeira** delas é a ausência do Ministério da Educação no debate e o atual silenciamento em relação ao

documento. A **segunda** é o descaso com relação às proposições do novo Plano Nacional de Educação, sobretudo pelo que representou em termos de participação dos segmentos sociais e os avanços, embora se reconheça que nem todas as demandas estejam contempladas, se pode considerar que o Plano representa avanços do ponto de vista do direito à educação, da democratização e da redução das desigualdades, além de não levar em consideração a existência de diretrizes curriculares e outros dispositivos legais que dão cobertura a várias questões abordadas no projeto e vão em direção contrária à proposta. A **terceira** diz respeito ao caráter privatista e gerencial, baseado em metas, prêmios, punições, resultados, e outros ajustes comuns ao repertório empresarial, reconfigurando drasticamente o espaço público.

Entendemos que o processo gerencialista e mercantil do setor público já está em curso, por meio de várias ações dos governos nas três esferas administrativas, mas de forma não explícita, não oficial. Este documento torna claro, evidencia as intencionalidades, desnuda o ideário.

Assim, compreendemos que este Documento não representa os anseios do movimento daqueles que lutam pelo direito à educação pública de qualidade para todos e, ainda, que as ações propostas não convergem para essa direção. É preciso, pois, continuar resistindo, mantendo firmes os propósitos e princípios democráticos e humanizadores que sustentam a ideia de educação para todos, com a qualidade social que se almeja.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Pátria educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional.* Versão preliminar, Brasília, 22 de abril de 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. Avaliação da CNTE sobre o projeto preliminar da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República intitulado "Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional, Brasília, 29 de Abril de 2015.

FREITAS, Luiz Carlos. Blog do Freitas. Acessado em maio de 2015.